

**17 PROPOSTA - CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E O CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – TERRENO SITO NA FREGUESIA DE VILAÇA (ATUALMENTE DESIGNADA POR UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAÇA E FRADELOS:**

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal a proposta de contrato de comodato a celebrar entre o **Município de Braga** e o **Corpo Nacional de Escutas – Núcleo de Braga**, relativo ao terreno sito na Freguesia de Vilaça (atualmente designada por União das freguesias de Vilaça e Fradelos), com vista a ser instalado o “Centro Escutista”, destinado à realização de atividades sociais, recreativas e lúdicas.

## INFORMAÇÃO

**ASSUNTO: I/11/DACPGP/2016 - Proposta – Contrato de comodato a celebrar entre este Município e o Corpo Nacional de Escutas – Núcleo de Braga. Terreno sito na freguesia de Vilaça, descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 36288.**

Segue em anexo proposta do contrato de comodato a celebrar entre este Município e o Corpo Nacional de Escutas – Núcleo de Braga, relativo ao terreno sito na freguesia de Vilaça, descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 36288, com vista a ser instalado naquele local o “Centro Escutista”, destinado à realização de atividades sociais, recreativas e lúdicas promovidas por aquela instituição, a fim de submeter à apreciação do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal.

*Ans do Excmo.*

*16.02.25*



A Jurista,

*Silvia*  
*(25.2.2016)*

*À Senhor Presidente da*  
*C.M. Braga*

*Para validação e posterior*  
*apreciação do Excmo. Municipal.*

*Vicente Almeida*  
*15 Feb 2016*

**PROPOSTA**  
**CONTRATO DE COMODATO**

**PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Braga**, com sede na Praça do Município da cidade de Braga, pessoa coletiva nº 506 901 173, neste ato representado por ..., adiante designado por **Município**,

**E**

**SEGUNDO OUTORGANTE: Corpo Nacional de Escutas – Junta do Núcleo de Braga**, com sede na Rua da Boavista, nº 51, em Braga, pessoa coletiva nº ..., aqui representada pelo..., adiante designado por **CNE**,

Considerando que:

São atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respectiva população, como estabelece o artigo 23º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação actual,

Compete à câmara municipal, de acordo com o prescrito no artigo 33º, nº 1, alínea ee) do citado Anexo “Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal”,

Considerando ainda que o Corpo Nacional de Escutas é uma instituição reconhecida de utilidade pública, de âmbito nacional, sendo uma associação de juventude sem fins lucrativos, não política e não governamental, destinada à formação integral de jovens,

**É celebrado o presente contrato de comodato entre os outorgantes acima melhor identificados que se rege pelas cláusulas seguintes:**

**Cláusula Primeira****(Objeto)**

O **Município** é dono e legítimo proprietário do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 36288, da freguesia de Vilaça, omissa à matriz, com a área de 7.574 m2, adiante apenas designado por **Prédio**, melhor identificado na planta anexa ao presente contrato e que dele faz parte integrante.

**Cláusula Segunda****(Finalidade)**

Pelo presente contrato, o **Município** entrega ao **CNE** e este aceita, o imóvel descrito na cláusula primeira, a título gratuito, para a instalação do "Centro Escutista", destinado à realização de atividades sociais, recreativas e lúdicas promovidas por aquela instituição, conforme proposta apresentada pelo **CNE**, anexa ao presente contrato.

**Cláusula Terceira****(Regime de utilização)**

1. A segunda outorgante utilizará o referido prédio para o exercício das atividades referidas na cláusula segunda, não lhe podendo dar outro fim, sem autorização do **Município**.
2. À segunda outorgante não é permitido sublocar, emprestar ou ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa do **Município**.
3. Finda a vigência do presente contrato, a segunda outorgante deverá entregar ao **Município** o Edifício em bom estado de conservação.

**Cláusula Quarta****(Obras de Adaptação)**

Após competente autorização por parte do **Município**, o **CNE** poderá proceder por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as obras de construção, adaptação,

conservação e/ou manutenção a realizar no prédio objeto do presente contrato, que sejam necessárias à prossecução das atividades referidas na cláusula segunda.

#### **Cláusula Quinta**

##### **(Reparação e manutenção dos equipamentos)**

Compete ao **CNE** proceder, por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as reparações, conservação e manutenção dos equipamentos.

#### **Cláusula Sexta**

##### **(Benfeitorias)**

Todas as benfeitorias realizadas no prédio ou nos equipamentos levadas a cabo pelo **CNE** consideram-se neles integradas, não havendo lugar a qualquer indemnização finda a vigência do presente contrato.

#### **Cláusula Sétima**

##### **(Obrigações do Segundo Outorgante)**

1. Na vigência do presente contrato, o **Segundo Outorgante** obriga-se a assumir os encargos decorrentes das seguintes despesas:

- a) inerentes à conservação e limpeza dos espaços;
- b) decorrentes da celebração de contratos e consumos de eletricidade, água, gás, telefone, rede de dados, e outros custos de exploração;
- c) relativas ao pagamento de prémios de seguro que, por lei, sejam obrigatórios.

2. O segundo outorgante obriga-se ainda:

- a) a não afetar o imóvel a fim diverso daquele a que se destina, nos termos da cláusula segunda do presente contrato.
- b) a manter as instalações em perfeito estado de conservação e segurança.

#### **Cláusula Oitava**

##### **(Prazo)**

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e é celebrado pelo prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser renovável por iguais períodos, se não for denunciado por qualquer uma das partes até 180 dias antes do seu termo ou de qualquer uma das suas renovações.

#### **Cláusula Nona**

##### **(Omissões)**

As omissões ao presente contrato são reguladas pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 1129º e seguintes do Código Civil.

#### **Cláusula Décima**

##### **(Foro)**

Para a resolução de todas as questões emergentes do presente Contrato, as partes elegem como competente o foro da Comarca de Braga, com expressa renúncia de qualquer outra.

Braga, \_\_\_\_\_

**1º Outorgante - Município de Braga**

\_\_\_\_\_

## **2º Outorgante**

---